

# Parlamentaristas do PMDB e PFL chegam a acordo

BRASÍLIA — O que parecia impossível de acontecer na quinta-feira, quando todas as negociações sobre sistema de governo estavam emperradas, aconteceu neste final de semana, depois de mais de 20 reuniões entre a manhã de sábado e noite de ontem: os parlamentaristas encontraram a fórmula parcial de consenso, expressa pela emenda Nelson Carneiro. A comemoração foi regada a queijos e vinhos durante a madrugada, e para comemorar, pefelistas e pemedebistas pararam momentaneamente de discutir os dois outros pontos: quando e como o parlamentarismo será implantado e qual o tamanho do mandato do presidente Sarney.

Trinta integrantes dos dois partidos, entre eles Fernando Henrique Cardoso, Bernardo Cabral, José Richa e José Lourenço participaram da reunião da madrugada realizada na casa do deputado Alcei Guerra (PFL-PR). Ontem pela manhã, foi a vez de 17 parlamentares do PMDB se reunirem na casa do líder Luís Henrique para selar a fórmula Nelson Carneiro e passar para a segunda etapa: como possibilitar a implantação do parlamentarismo sem tirar os poderes do presidente Sarney.

Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, que serviu de elo entre as reuniões, "a questão da transitoriedade dos poderes do presidente é que ainda não está claro. O presidente está preocupado em que o sistema de governo definido seja permanente e não traga motivos para crises futuras. Por outro lado, teme a ingovernabilidade com a implantação imediata do parlamentarismo".

**Implantação** — O PFL quer a implantação do modelo de parlamentarismo de Nelson Carneiro da seguinte forma: em 1988, o presidente José Sarney nomearia um primeiro-ministro que atuaria apenas como seu auxiliar e que não estaria sujeito a moções de censura ou de desconfiança votadas pelo parlamento. O presidente manteria ainda todos os seus poderes mas não poderia dissolver o Congresso Nacional. Em 1989, quando os candidatos à sucessão presidencial se lançarem em campanha, o presidente Sarney perderia os poderes para o primeiro-ministro. Passaria a ser apenas um chefe de Estado, uma espécie de poder moderador. Com isso estariam garantidos 5 anos para Sarney.

No PMDB, a implantação do sistema Nelson Carneiro seria imediatamente à promulgação da Constituição. O ministro divide a chefia do governo com o presidente porque os poderes do presidente previstos na emenda são maiores do que no parlamentarismo clássico. Mas nas disposições transitórias estaria assegurado que não poderia haver moção de censura por um ano, da mesma forma que não poderia haver dissolução do parlamento nesse período. Não há indicações sobre o ano seguinte.

Enquanto se negocia a transição do presidencialismo para o parlamentarismo sem que o presidente Sarney perca todos os poderes, o PMDB não quer discutir a duração do mandato do presidente Sarney porque o assunto não tem consenso nem dentro do partido. "É hora da onça beber água", lembrou o deputado Egidio Ferreira Lima, referindo-se às conquistas de terem chegado a uma fórmula de parlamentarismo.

**Brizola** — Na reunião na casa de Alcei Guerra, o argumento que mais permeou os debates foi a possibilidade de Leonel Brizola eleger-se sucessor do presidente Sarney. O senador José Richa disse que "não há riscos para o País, visto que num sistema parlamentarista qualquer um pode ser chefe de Estado, pois quem manda é o primeiro-ministro". Inflamado, o líder do PFL, José Lourenço, defensor do presidencialismo, começou dizendo que Brizola acabaria imediatamente com o parlamentarismo.

Em tom mais grave ainda, o senador José Richa afirmou que Brizola não teria êxito nesse objetivo, porque seus aliados não são tão poderosos. "Com as forças que estamos conseguindo reunir, Zé, faremos o parlamentarismo que quisermos. Desde a criação da Aliança Democrática você já viu uma reunião gerar tantos entendimentos como essa?" Dando um tom otimista aos debates, o deputado Saulo Queiroz, que acabara de chegar do Palácio da Alvorada, transmitiu a posição de Sarney: "Ele disse que se há realmente um consenso, deseja liderar o processo para a implantação do parlamentarismo no Brasil".

Depois de voltar de viagem de sete dias à Alemanha, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse que o PFL continuará na defesa do presidencialismo, na Constituinte. Maciel e o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), conversaram com o presidente José Sarney ontem de manhã, no Palácio da Alvorada. A tarde, o senador se reuniu com a executiva e os principais líderes do PFL para reafirmar a posição presidencialista do partido. Maciel disse que o PFL já definiu sua estratégia, caso o relator Bernardo Cabral mantenha o parlamentarismo em seu projeto de Constituição.

## A evolução do novo sistema de governo

Desde a fase inicial da Constituinte as versões que propõem a troca do presidencialismo pelo parlamentarismo

### 1. José Fogaça

O presidente da República é o chefe de Estado, mas o governo se exerce através do primeiro-ministro. Quando este cai, até o senado entra nas negociações para a escolha de um outro nome. Essa versão foi votada na Subcomissão do Poder Executivo com um artigo protegendo os militares contra moções de censura.

### 2. Egidio F. Lima

O presidente da República é o chefe de Estado e o comandante supremo das Forças Armadas, mas o governo é exercido pelo primeiro-ministro. A moção de censura só atinge o ministério coletivamente e nela se incluem os militares.

### 3. José Richa

Além de chefe de Estado e das Forças Armadas, o presidente deve comandar as demais forças incorporadas em tempo de guerra. O primeiro-ministro deve ser um parlamentar, e com o conselho gozar da confiança da Câmara.

### 4. Afonso Arinos

O presidente da República é o chefe de Estado e das Forças Armadas e a ele cabe garantir o livre exercício das instituições democráticas. Mas é o primeiro-ministro quem indica o ministério, expede decretos, cria e extingue cargos públicos e presta contas ao Congresso.

### 5. Nelson Carneiro

O presidente da República é o chefe de Estado, árbitro do Governo e comandante supremo das Forças Armadas, mas o controle político-administrativo do Governo fica nas mãos do primeiro-ministro. O presidente pode indicá-lo por duas vezes e exonerá-lo. Se na segunda vez não tiver o aval da Câmara, os deputados fazem a indicação. Se houver impasse, o presidente pode dissolver o Congresso e convocar novas eleições.

Brasília — Luís Antonio Ribeiro



Couto (E), Sant'Anna e Ulysses negociam reforma

## Presidente não abre mão

BRASÍLIA — "Não há espaço para mentira. Agora vamos deixar de hipocrisia: o governo está trabalhando mesmo e vai lutar pelo que acredita, ou seja, presidencialismo moderno, com fortalecimento do Congresso e cinco anos de mandato para o presidente". Com essa afirmação, transmitida em entrevista pelo chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o presidente José Sarney definiu ontem, no início da noite, o jogo das negociações e encontros que manteve durante todo o fim de semana com os grupos parlamentaristas.

Ao relatar sua conversa com o presidente Sarney, na porta de sua casa, quando chegava do encontro no Palácio da Alvorada, Costa Couto foi enfático: "o presidente Sarney, até agora, não se convenceu pelo parlamentarismo. Ele quer o presidencialismo e só mudará de ideia se lhe apresentarem argumentos irresistíveis" — disse, justificando, em seguida, que a posição do presidente "é a posição de um estadista". Segundo Costa Couto, Sarney deixou claro que vai lutar pelo presidencialismo e nunca mudou de ideia em relação a isso.

— Mas e as conversas com os parlamentaristas, ele não se sensibilizou com nenhuma proposta? — insistiam os repórteres.

— O negócio é o seguinte: existe um quadro de entendimento que está complicado por causa da multiplicidade de propostas. Existem pelo menos 12 delas e os próprios parlamentaristas não se entenderam. Ninguém convenceu o presidente Sarney do contrário até agora, e o presidente só será solidário ao parlamentarismo se acreditar e convencer-se de que esse sistema é bom para o país. Aí não será obstáculo — respondeu o ministro.

**A proposta** — Enquanto Costa Couto revelava a firme disposição do governo de não abrir mão do presidencialismo, estavam à sua espera durante mais de uma hora, em sua sala, o ministro chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, e o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique. O líder participou de todas as reuniões e estava convencido de que, finalmente, havia possibilidade de consenso em torno do parlamentarismo. "Foi Luiz Henrique quem me pediu esse encontro", disse Costa Couto.

E prosseguiu no relato sobre a conversa com o presidente Sarney. A proposta do governo, revelou, é a emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes, "que é muito clara e objetiva".

Com todo respeito à Constituinte, estamos trabalhando mesmo pelo presidencialismo e vamos lutar por isso. Imperdoável seria que o governo se omitisse em questões tão graves como essa.

**A emenda** — A proposta Theodoro Mendes prevê um presidencialismo com fortalecimento do congresso, mas sem qualquer concessão ao parlamentarismo. O presidente, eleito diretamente, é o chefe do Governo, chefe de Estado e comandante das Forças Armadas. Pode expedir decretos-leis e pode vetar as moções de censura do Congresso. Este recupera suas prerrogativas tradicionais e, como novidade, pode apresentar moção de censura aos ministros (exceto os militares e o chefe da Casa Civil).

## Sarney não quer ser "rainha"

BRASÍLIA — Preocupado com a possibilidade de ficar no último ano do seu governo na situação de rainha da Inglaterra, chefiando o país, sem governá-lo, o presidente José Sarney telefonou ontem para o jurista Afonso Arinos, a fim de comunicar-lhe sua inquietação. Ele explicou que o papel de condutor da transição do regime, que lideranças do PMDB e do PFL estão querendo entregar-lhe, tem o péssimo componente dos seis anos de mandato.

"Vão pensar que eu estou querendo prorrogar o meu mandato", disse o presidente, lembrando que ainda este ano foi à televisão dizer, em cadeia nacional, que só fica cinco anos no poder. A fórmula em estudo pelas lideranças dos dois partidos de sustentação do governo preconiza um parlamentarismo com implantação definitiva só em 1989. No próximo ano, Sarney nomearia um primeiro-ministro que atuaria mais como auxiliar, sem estar sujeito a moções de censura ou de desconfiança.

Em 1989, contudo, esse primeiro-ministro adquiriria poderes até para desfazer o ministério, expedir decretos, criar e extinguir cargos públicos e fazer nomeações. O presidente da República ficaria reduzido a chefe de Estado e o temor de Sarney seria viver uma situação parecida com a da rainha da Inglaterra. "Acho que a implantação gradual do parlamentarismo é uma forma de entendimento muito louvável. E acho também que o senhor não ficará como uma rainha da Inglaterra", disse-lhe o jurista.

**Lincoln** — Afonso Arinos explicou ainda a Sarney que, aceitando esse parlamentarismo gradual, longe de ficar na situação de rainha, o presidente reviverá o papel de Abraão Lincoln, que consolidou a federação americana. "O senhor pode decidir o futuro do país, como fez Lincoln nos Estados Unidos, participando do processo de mudança das instituições", afirmou Arinos. Nem assim Sarney se mostrou convencido.

Em seguida ao telefonema do presidente, Arinos recebeu a visita dos constituintes Sandra Cavalcanti, Cid Carvalho, Bonifácio de Andrada e Fernando Santana. Eles são unânimes no entendimento de que o sistema parlamentarista a figurar no projeto de Bernardo Cabral deve ser o do modelo Afonso Arinos.